

RECENÇÕES

KÜNG, Hans: **Vinte teses sobre o ser cristão**. Tradução de Edgar Orth. 80 pp., 18 x 13 cm. Editora Vozes, Petrópolis, RJ. 1979.

Hans Küng, o conhecido e controvertido teólogo de Tübingen, resume "em vinte teses, o que acha ser o mais importante, nesta época, para o ser cristão" (pág. 10). São "subsídios de trabalho" para reflexão e discussão. "Não pretendem ser um catecismo completo, mas um resumo atualizado em conteúdo e forma, da fé cristã" (pág. 11). Não substituem o livro do autor "Ser Cristão", mas apresentam o essencial do livro, introduzindo o leitor para a leitura do mesmo (cf. pág. 10s).

O autor divide as teses em três grupos. No primeiro grupo, "Quem é cristão", apresenta em 3 teses a identidade do cristão. No segundo, "Quem é Cristo", Küng resume em 12 teses a vida, missão e pessoa de Jesus Cristo, dedicando as duas penúltimas à origem da Igreja e ao ecumenismo, para finalizar sobre a identidade última de Jesus Cristo. No último grupo, "Quem age cristãmente", consequência das posições anteriores, o autor focaliza em 5 teses o agir específico do cristão.

O livro representa um esforço de síntese, necessário no emaranhado de proposições teológicas da atualidade. A fundamentação das afirmações de Küng está no seu livro "Ser Cristão". O autor no prefácio de "vinte teses..." escreve que seu livro "ser Cristão" sofreu críticas "da esquerda e direita teológicas". "Cuidado, entretanto, para não cair num mal-entendido: se nós nos distanciamos da desmitologização à esquerda e da mitologização à direita, não quer isto dizer que adotamos uma 'ideologia do centro', no sentido de um abrandamento, inocuidade e harmonização. O que aqui se defende, em relação às questões teológicas e sociais, é uma 'radicalidade' entendida a partir do Jesus Cristo do Novo Testamento, radicalidade esta que atinge muito mais as raízes (raíces) dos conflitos individuais e sociais do que os radicalismos (bem distintos de uma autêntica radicalidade) ideologizados de esquerda ou direita. Neste sentido, trata-se de um 'centro radi-

cal', que significa bem outra coisa do que um impassível 'estar por cima'" (pág. 10).

O que caracteriza o ser e agir cristão, de acordo com as teses de Küng, é sua relação a Jesus Cristo, é uma radicalidade entendida a partir de Jesus Cristo do Novo Testamento. Neste ponto, sem querer discutir pormenores, Küng atinge o ponto central da vida cristã, distanciando-se de exageros, tão em voga também em nosso ambientes sociológicos e teológicos do Brasil.

Sendo Jesus Cristo a realidade central do ser e agir do cristão e da Igreja, na caminhada para a plenitude do Reino de Deus, é fundamental a interpretação que se dá ao próprio Jesus Cristo. Neste particular Küng na tese 15 fica muito aquém da fé professada com radicalidade autêntica pelo Novo Testamento, pela Tradição e pelo Magistério Eclesiástico ao longo de toda história.

Küng professa muito bem que Jesus Cristo é **"verdadeiramente homem (grifo do autor):** também hoje deve-se sempre de novo acentuar... que Jesus era plena e inteiramente homem (grifo do autor), sem descontos, com todas as conseqüências (capacidade de sofrer, medo, solidão, insegurança, tentações, dúvidas, possibilidade de erro)" (pág. 55).

Mas ele restringe drasticamente a fé em Jesus Cristo, **"verdadeiramente Deus"**. Küng

reinterpreta o Novo Testamento e os Concílios cristológicos, neste particular, afirmando que Jesus Cristo é somente de origem divina, revelação, manifestação de Deus.

Com que autoridade, competência e poder Küng pode reduzir as realidades da "filiação divina, pré-existência, mediação na criação e encarnação" de Jesus Cristo à "fórmulas mitológicas ou semimitológicas da época"?

Ele as reinterpreta reducionista e escrivendo: elas "querem, em última análise, nada mais nada menos do que apenas isto: fundamentar o caráter singular, indedutível e insuperável do chamado-oferta-exigência (grifo do autor) proclamado por e em Jesus, que em última análise não é de origem humana mas divina e por isso, absolutamente fidedigno que é, solicita os homens incondicionalmente" (pág. 54s).

Küng reconhece que "da verdade dos antigos concílios cristológicos, ancorada realmente no Novo Testamento, nada se deve portanto subtrair, embora deva essa verdade ser traduzida sempre de novo do contexto sócio-cultural helenista para o horizonte de compreensão de nosso tempo. Não se trata da constância da terminologia e dos conceitos, mas da constância das grandes intensões e conteúdos decisivos" (pág. 55) (grifo meu).

Küng julga que a "filiação

divina" de Jesus, sua "pré-existência", "mediação na criação" e "encarnação" são **meros termos** para exprimir outra realidade (cf supra). Ele não admite que Jesus Cristo É Filho de Deus no sentido mais forte do termo. Por isto ele escreve que "não se trata da constância da terminologia e dos conceitos, mas da constância das grandes intenções e conteúdos decisivos" (pág. 55).

Contudo de acordo com o próprio Novo Testamento, a Tradição e o Magistério Eclesiástico pertence à "constância das grandes intenções e conteúdos decisivos" da revelação cristã a realidade e a profissão de fé que Jesus Cristo É verdadeiramente homem e É verdadeiramente Filho de Deus (Deus), sem restrições e sem subterfúgios. Sem esta profissão o cristianismo rui por terra. E não resolve Küng acrescentar "segundo o Novo Testamento, o que caracteriza o ser cristão, em última análise, não é o assentimento a este ou aquele dogma — por mais sublime que seja — sobre Cristo, nem uma cristologia ou teoria de Cristo, mas a fé em Cristo e a imitação de Cristo" (pág. 55) (grifo do autor). Küng nestas afirmações dá a entender que a profissão de fé em Jesus Cristo, Filho de Deus, é uma "teoria", uma "cristologia" ou um "dogma" que não corresponde à realidade. A interpretação de Küng corresponderia à realidade! (Estranho!). A afirmação de Küng pode ser

corretamente entendida: "o que caracteriza o ser Cristão, em última análise... é a fé em Cristo e a imitação de Cristo". Mas quem é este Jesus Cristo? O Novo Testamento, a tradição e o magistério não professam uma teoria, ou interpretações, mas uma realidade: Jesus Cristo É verdadeiramente homem e É verdadeiramente Filho de Deus (= Deus). Esta é a fé em Jesus Cristo, que salva e não outra.

O critério de Küng no que diz respeito a Jesus Cristo já não é mais a "radicalidade" (que "atinge as raízes") do Novo Testamento que ele afirma querer respeitar (cf. pág. 10), mas é outro, que no presente volume não aparece.

Nestas perspectivas de Küng, Jesus Cristo esvazia-se e torna-se por isso mesmo, ao longo das teses, não só "o verdadeiro homem" (pág. 55), mas **APENAS** homem e **APENAS** "modelo do ser homem", "a medida última, permanentemente segura do ser homem" (cf. tese 15, pág. 55, e tbm teses 16, 17) (grifo do autor).

Se Jesus Cristo é somente homem, modelo do ser homem, mesmo como manifestação e revelação plena e última de Deus, e se Ele é só modelo de relacionamento a Deus e para com os outros, a especificidade do ser cristão, em confronto com todos os outros humanismos e todas as outras religiões, a referência radical do homem a Jesus Cristo (tão acertadamente

ênfatisadas por Küng) ruem por terra, não passam de puras palavras, não ultrapassam a nenhum humanismo, a nenhuma religião.

A partir desta redução de Küng na realidade de Jesus Cristo, meramente homem e mera manifestação, embora suprema, do próprio Deus, compreende-se a ausência completa nas suas teses de mais uma realidade central-fundamental do cristianismo: a autocomunicação do próprio Deus Trino ao homem, ou o convívio do homem na própria vida intratrinitária, já nesta vida e em plenitude na eternidade. Küng se refere a este "convívio" somente ao falar da ressurreição após a morte (cf. pág. 41), parecendo com isto reduzi-lo à eternidade.

Na tese 13, relacionada à Igreja, há diversos pontos questionáveis. Será que o próprio Jesus Cristo, durante a sua vida terrena não lançou os germens da Sua Igreja e que ela é tão abruptamente pós-pascal, como o dá a entender Küng? (pág. 47). Será que o anúncio da Igreja se reduz à "mensagem de Cristo" (pág. 48), ou nele não deve estar incluído também o próprio Jesus Cristo, homem e Deus verdadeiro? Será que a autoridade na Igreja é só "humana" (pág. 48; se consegui interpretar

corretamente o texto)? Não haverá mediante esta autoridade uma ação toda especial de Deus, por Jesus Cristo, no Espírito Santo? Por que o autor não alude a Jesus Cristo como fonte da autoridade na Igreja? O problema da "erupção" de "serviço de direção" dentro de uma comunidade eclesial não é tão pacífica como o autor a apresenta (cf. pág. 49).

Desta forma também a eclesiologia, na breve tese de Küng, assim como é apresentada neste livro, deixa muito a desejar. Desta forma o "ser cristão", numa Igreja não muito claramente vinculada a Jesus Cristo, também nesta perspectiva, perde a sua radicalidade evangélica, em contraposição a outras comunidades humanas e comunidades religiosas.

Concluindo: as teses de Küng sobre o "ser cristão", querendo ser um "resumo atualizado em conteúdo e forma da fé cristã" (pág. 11), junto a elementos muito positivos, mas falhando radicalmente na profissão de fé em Jesus Cristo, homem e Deus verdadeiro, e sendo nebulosas em relação à adesão à Igreja, que radica em Jesus Cristo, são de fato um esvaziamento atualizado do conteúdo da "fé cristã" e do "ser cristão".

Pe. Claudio Luiz Bins SJ

FERRER BENIMELI, S.J. José A.: **LA MASONERIA ACTUAL**, 378 pgs. 19 x 13 cm. Editorial AHR, Barcelona, 1977.

Acabamos de receber esta obra, enviada pelo próprio autor, saída "ainda quentinha do forno". Não é nova em tudo, mas nova edição da primeira do Pe. Ferrer Benimeli sobre sua especialidade, publicada em 1968 sob o título, **LA MASONERIA DESPUES DEL CONCILIO**, da mesma editorial. Esta nova edição, porém, é renovada, atualizada e ampliada. É uma síntese ou magnífica introdução à anterior, **MASONERIA, IGLESIA E ILUSTRACION**, em 5 tomos e que recenseamos em nossa revista, em seu nº 21.

Para quem não tem tempo de ler estes 5 volumes, ou para os não especializados na matéria, mas que querem ter uma visão global e imparcial do problema do relacionamento atual Igreja-Maçonaria, e, também, desde seus primórdios, esta obra é valiosa contribuição.

No prefácio, Benimeli justifica sua elaboração e finalidade: "O presente trabalho teve sua origem no desejo muitas vezes manifestado em recentes colóquios entre especialistas, preocupados pelo problema maçônico atual. O tema é muito concreto. Não se trata de fazer a História da Maçonaria, nem de suas variedades e expressões nos diversos países. Tão pouco pretendo efetuar a apologia de

certa maçonaria apolítica e religiosa, ou condenar diretamente a forma sectária e subversiva, que tem ou teve em algumas nações como a nossa (a Espanha). Só intento expor, sumariamente, à luz do Vaticano II, o que tem sido até agora a Maçonaria para a Igreja, e a atitude adotada pela Igreja diante da referida instituição.

Este livro não quer ser, portanto, polêmico... não é outra coisa do que um breve e documentado estudo histórico das relações jurídico-sociais entre a Igreja Católica e a Franco-maçonaria, desde os começos do século XVIII até nossos dias. A sua única finalidade — nesta hora pós-conciliar que estamos vivendo — consiste em trazer um pouco de luz a um dos tantos problemas em cuja revisão está empenhada a Igreja".

Que é estudo sério, que foge à polêmica, objetivo e imparcial, prova-o a surpreendente abundância de documentos autênticos sobre tão complexo e melindroso assunto, recolhida por Benimeli, como demonstra à sociedade a sua magistral tese doutoral que muito recentemente comentamos.

Eis apenas um dos muitos exemplos que poderia aduzir de como se equilibra entre os extremos, panegirismo ou antima-

çonismo: comentando o que ele mesmo diz ser significativa atitude recentemente seguida pela nossa Conferência Episcopal (cf. NOTÍCIAS SEMANAIS DA CNBB, V, nº 48, de 29-XI-74), conclui este panorama da Igreja brasileira, com relação à Maçonaria, dizendo que talvez resulte interessante reproduzir o que o Cardeal da Bahia, Dom Avelar Brandão Vilela, diz, numa entrevista a O GLOBO do Rio, de 16-12-1974:

"O cânon 2.335, que trata da excomunhão dos maçons, é o resultado concreto de mal entendidos, que levaram a Igreja e a Maçonaria a um estado de ruptura, como instituições. A Igreja não teria tomado esta atitude condenatória se não estivesse estado convencida, ao menos subjetivamente, de que a Maçonaria interferia na Igreja".

Agora, vejamos o que o autor observa, aliás muito judiciosamente:

"Sobre este tema, talvez não tão simplista como expõe o Cardeal da Bahia, cf. Ferrer Benimeli, J.A., LOS ARCHIVOS SECRETOS VATICANOS Y LA MASONERIA. MOTIVOS POLITICOS DE UNA CONDENA PONTIFICIA. Caracas, Univ. Cat. "Andrés Bello", 1976, 878 pgs.; Ferrer Benimeli, J.A., MASONERIA, IGLESIA E ILUSTRACION. UN CONFLICTO IDEOLÓGICO, POLITICO, RELIGIOSO. Madrid, Fundacion Universitaria Española, 1976, 4 vols".

A obra está dividida em cinco partes, sendo a quinta inteiramente nova, e um apêndice.

Na primeira parte, aborda a questão jurídica: "A Maçonaria na legislação da Igreja". Na segunda, "Algumas considerações marginais sobre a definição de maçonaria", "o confusãoismo" que há sobre o assunto, a evolução anti-religiosa e o problema da Maçonaria regular. Na terceira, "Os últimos documentos pontifícios, de Pio XI, Pio XII e João XXIII", "Declarações do episcopado e Santo Ofício", "Maçonaria e Rotary Club" e "O Vaticano II e a Maçonaria". A quarta, é a conclusão: "Existe o problema? existem motivos? existem soluções?"

A quinta parte que, como informamos, é toda nova, intitula-se EPÍLOGO. Trata dos seguintes temas: "Os bispos franceses perante a Maçonaria", "A Conferência Episcopal Escandinava e os maçons", "Publicações sobre Maçonaria", "Contactos com a Maçonaria italiana", "Um arcebispo brasileiro fala numa loja maçônica", "A Civiltà Cattolica e a Maçonaria", "Importante documento sobre a excomunhão", "Interpretação do Cânon 2.335" "Exemplo da Conferência Episcopal Brasileira", "Critério a ser seguido pelos maçons católicos", "Sacerdotes maçons?", "Repercussões na imprensa", "O arcebispo de Marselha e os maçons", e, por fim, "O Cardeal Cooke e a Grande Loja de Nova York".

Em apêndice, todos os documentos, na íntegra, de condenação da Maçonaria, desde o primeiro, IN EMINENTI, de Clemente XII, de 2-4-1738, até a "Instrução da Sagrada Congregação do Santo Ofício a todos os bispos do mundo católico", de 10-5-1884, em número de 16, e mais os seguintes: "Alocução de Paulo VI aos membros do Rotary Clubes da Itália" (20-3-1961)", "Manifesto da Grande Loja Nacional Francesa" (out. 1961), "Conferência do Pe. Michel Riquet, S.J. na loja 'Volney', de Laval, França (18.3.1961)", "Estes maçons que acreditam em Deus", do mesmo Pe. Riquet, de 2.12.1961", "Extrato do 'The Cable Tow', firmado pelo M.R.H. Um. Quasha, Mestre Geral da Grande Loja das Filipinas (1955), "O Grande Oriente de Haiti à Comissão Central preconciliar (26.1.1962)", "Carta aberta a S.S. Paulo VI, dirigida pelo Or. Tóhtöm Nagy (Buenos Aires, 1.12.1963)", e, finalmente, a troca de telegramas, por ocasião da morte de João XXIII (4, 5 e 6-6-1963) entre o Grão-Mestre da Grande Loja Nacional Francesa e o Cardeal Camerlengo e o Arcebispo de Paris.

É, portanto, uma obra oportuníssima, neste tempo de revisão e de atualização. Neste terreno da Maçonaria, a confusão é enorme, a começar pela própria definição da instituição, que abrange uma variegada gama, dum extremo ao outro. Diz, então, Ferrer Benimeli:

"O dicionário da Real Academia Espanhola da língua, define a M. como uma "associação secreta em que se usam vários símbolos tomados da alvenaria como esquadros, níveis, etc.", Para o Código de Direito Canônico, equivale a uma associação "que maquina contra a Igreja e contra os poderes civis legítimos". Entre ambas estas definições existe uma multidão com uma série de gamas e tonalidades do mais diverso gênero. Há definições para todos os gostos.

E quanto à sua História? A confusão é ainda maior. Não foi sem motivo que Nicola Aslan, o maior maçónologo patricio, em conferência proferida no Grande Oriente do Brasil (em 23.3.1971), ousa fazer esta corajosa mas verdadeira afirmação:

"Nada encontramos em nossos estudos de mais difícil, intrincado e complexo como o estudo da história da Maçonaria".

Já em 1909, nas suas "Notes pour servir à l'histoire de la Franc-Maçonnerie à Nancy", Charles Bernardin, membro do Conselho da Ordem do Grande Oriente de França e do Grande Colégio dos Ritos, publicava duas estatísticas: Uma sobre o berço da M.: "sobre as 206 obras que consultei, encontrei 39 opiniões diferentes", e enumera-as todas; a outra, é a lista dos Grão-Mestres legendários, em número de 38, e até

Jesus Cristo e Moisés entram nela.

Só para que nossos leitores tenham uma idéia da importância da obra de Ferrer Benimeli, citemos apenas uma das referidas opiniões, sem base documental alguma, é claro. Ei-la, é do Dr. George Olivier, que nem pestanejava ao escrever:

"A mais antiga tradição maçônica afirma — e eu estou inteiramente de acordo com esta opinião — que nossa Sociedade existia antes da criação desse globo terrestre, através dos diferentes sistemas solares".

É até anedótico.

Eis porque Ferrer Benimeli começou seus estudos maçônicos fazendo um quase sobrehumano trabalho de expurgo da volumosíssima bibliografia sobre a M., a favor ou contra, que contém dezenas de milhares de títulos. Pode-se avaliar toda a importância deste ingen-

te trabalho pela sua obra, **BIBLIOGRAFIA DE LA MASONERIA — INTRODUCCION HISTÓRICO — CRÍTICA**, editada em 1974 pela Universidade Católica Andrés Bello", de Caracas, Venezuela, e pela Universidade de Saragoça, Espanha, e, ultimamente, pela Fundación Universitaria Española, de Madrid.

E eis, também, prezados leitores, a benemerência do autor pelo seu trabalho de profundidade que levou o insuspeito Nicola Aslan a classificá-lo como **O MAIOR MAÇONÓLOGO DO MUNDO**.

Não foi, pois, sem motivo que afirmamos, na recensão anterior, que qualquer estudo que se fizer nesse terreno tão... es-corregadio e perigoso, será incompleto e mesmo falho se não se consultar **FERRER BENIMELI**.

Pe. Valério Alberton, S.J.

RIBEIRO DE OLIVEIRA, Pedro A. — BOFF, Leonardo — LIBÂNIO, João Batista, — BETTENCOURT, Estêvão: Renovação Carismática Católica. Uma análise sociológica. Interpretações Teológicas. 216 pp., 21 x 13,6 cm. VOZES/INP/CERIS. 1978.

O presente livro contém uma análise sociológica da Renovação Carismática Católica (RCC) no Brasil, feita por Pedro A. Ribeiro de Oliveira, e três reflexões teológico-pastorais, escri-

tas pelos teólogos Boff, Libânio e Bettencourt.

Na análise sociológica distingue-se claramente a pesquisa sociológica propriamente dita das "Notas e Reflexões

pessoais" do autor. O autor nestas reflexões, como escreve muito bem D. Estêvão Betten-court (cf. p. 209s), ultrapassa os limites da sociologia e deixa-se levar por critérios questionáveis. É de estranhar que Boff e Libânio não mencionem esta extrapolação do sociólogo! Ao sociólogo gostaria de deixar umas perguntas. Desde quando pessoas com escolaridade de 2º grau (e ginásial) são consideradas "letradas" (cf. pa. 24 e pg. 29)? O sociólogo resumindo os dados dos participantes da RCC escreve: "a grande maioria é formada por pessoas letradas, sendo grande a percentagem de membros, e especialmente de dirigentes, com nível de escolaridade superior" (pg. 29; sublinhado por mim). Deixando de lado o discutível termo "letrados", por que apresentar e interpretar os dados da pesquisa nesta linha, mesmo que entre vírgulas se coloque, "especialmente de dirigentes" quando a maior parte dos participantes (membros e dirigentes juntos) **não possui formação superior** 76,9 %? Discriminando os elementos: Analfabeto (1,0), Mobral (1,9), Primário (27,8), Ginásial (18,0), 2º Grau (28,2) e Superior somente (23,1). De acordo com os dados apresentados pelo próprio sociólogo podemos escrever: "a grande maioria é formada por pessoas que **não possuem formação superior**, sendo grande a percentagem de membros (27,8) com nível de escolaridade primária. E incluindo os analfabetos e

os do Mobral podemos escrever: "não ultrapassando 30,7 o nível primário". Sinceramente a "releitura" é a favor dos menos qualificados, em relação ao nível de escolaridade. Em relação aos "dirigentes" 66% não possui nível superior. Que dizer então dos simples "membros"? **33,5 % não ultrapassa o nível primário**, assim discriminado: analfabeto (1,2), Mobral (2,4), Primário (29,9), sendo os de nível primário, entre os membros, o grupo mais numeroso. 18,5 são de nível ginásial e 28,9 do 2º grau, e apenas 19,1 de nível superior. O que move, portanto, ao sociólogo para dar a sua interpretação? É um princípio não sociológico!

Um problema coloca-se também em relação ao nível sócio-econômico dos participantes da RCC. Pela classificação dada pelo sociólogo (pg. 25) a maior porcentagem dos "membros" (em contraposição aos "dirigentes") e também dos participantes em "geral" pertence ao nível V: 32,8 (membros) e 29,3 (geral), com boa diferença sobre os outros níveis. Pertencem a este nível: "profissões manuais qualificadas e de escritório (gráfico, mestre-de-obras, datilógrafo, serralheiro, motorista)" (pg. 25). Além disto 73,7 % dos participantes em "geral" e 79,4 dos simples "membros" pertencem aos níveis V, IV e III. Ao nível IV pertencem: "profissões de menor prestígio social (bancário, comerciário, eletrotécnico, fun-

cionário sem nível superior)"; ao nível III: "profissões de quadros médios (comerciante, corretor, professor não-universitário, contador)". Por que nas "Notas e Reflexões Pessoais" do sociólogo (pg 83) esta porcentagem de gente, que realmente precisa lutar duramente para viver e se sustentar (é só alguém recordar os salários bastante baixos recebidos por professores não-universitários, colocados no nível III), é classificada como **camada social abastada**? O autor escreve: "A RC é uma agremiação religiosa da camada social abastada. Não quero falar de classes sociais, pois isto poderia levar a outras discussões; quero apenas designar aquela camada da população cujas necessidades materiais básicas — alimentação, moradia e vestuário — estão, via de regra, garantidas por sua posição social. Em outras palavras, trata-se de gente que não tem no horizonte normal de suas preocupações a ameaça de não ter o que comer, onde morar, o que vestir e onde trabalhar. Os dados da pesquisa indicam, de fato, que é nessa camada social que se encontra a grande maioria dos membros da RC" (pág. 83). Desde quando caracteriza-se por **abastada** a camada social constituída por elementos dos níveis V, IV e III? **Abastado**, nem no linguajar comum, nem nos dicionários tem o sentido indicado pelo sociólogo (a não ser que a sociologia tenha outra terminologia). Aurélio

Buarque de Holanda Ferreira: Novo Dicionário da Língua Portuguesa, 1975: "**Abastado** — 1 Cheio de víveres, do necessário. 2 Endinheirado, dinheiroso, rico, abastoso...". Por tudo isto é lícito perguntar: que interesses levam a estas distorções? É uma flagrante injustiça classificar e rotular os participantes da RCC desta forma. E estes dados irão influir, parcialmente, na posição bastante negativa de Boff e Libânio em relação à RCC. Como estes dois teólogos podem assumir a criticamente estes dados sociológicos em suas reflexões teológicas?

Uma última questão: diz respeito ao que o autor denomina de "Atuação no campo social" (pág. 36). No modelo do questionário a pergunta é feita da seguinte forma: "Você tem algum engajamento social? (Ação pela mudança da sociedade) — não; — sim. Como se expressa esse engajamento?" (pág. 92). Na análise das respostas o autor escreve: "adotando um conceito amplo de "engajamento social", isto é, considerando como "engajamento social" toda atuação no sentido de promoção humana, mesmo quando se trata de uma ação junto a indivíduos (como visitar os doentes, ajudar os necessitados e outras obras de misericórdia), verifica-se que, ainda assim, não é grande o número de participantes da RC que declaram ter um "engajamento social" (pág. 37)". À primeira vista, o conceito de "engajamento social" do ques-

tionário e da análise não coincidem completamente. Creio que o participante do RCC, sem explicações suficientes, não entenderia a pergunta do questionário no sentido amplo que lhe é dado pelo autor na análise. Além disto o problema da "atuação no mundo social e político" (pág. 37) e no sentido de uma "mudança da sociedade" (pág. 92) é complexo e envolve concepções (explícitas ou implícitas) não só sobre o "mundo social", sobre o "mundo político", mas também sobre a "atuação" nestes campos e também sobre "mudanças" na sociedade e na política.

Apenas uns exemplos: um professor de nível secundário que procura levar seus estudantes ao fiel cumprimento dos deveres, ao espírito de colaboração com os colegas e a direção, ao espírito e realidade de participação na responsabilidade da manutenção do bem comum da escola, ao espírito de responsabilidade para não serem desonestos em provas e exames: este professor está ou não está engajado política e socialmente? Está ou não está agindo pela mudança da sociedade? Um motorista (de caminhão ou de táxi) ao observar as regras do trânsito, ou quando não cobra duas ou três vezes o mesmo frete, etc... e conseguindo mediante seu testemunho com que colegas questionem o próprio modo de agir: está ou não está agindo por uma mudança social

e política? tem ou não tem um engajamento social?

Por que "34,9 % dos informantes não responderam à questão sobre o engajamento social ou responderam afirmativamente à pergunta, mas não disseram como se dá esse engajamento"? Por que "47,3 % dos informantes declararam simplesmente não ter um engajamento social"? O sociólogo tem sua resposta. Não é possível outra resposta? A pergunta do questionário foi bem feita? não envolve ela todos os problemas (e muitos outros) que acabei de assinalar há pouco? O sociólogo poderá dizer: uma pesquisa não pode entrar em muitas distinções e muitos pormenores...

E contudo, sobre tais informações e concepções, implícitas e explícitas dos informantes e do sociólogo e dos teólogos, vão se basear as reflexões do sociólogo e dos próprios teólogos: bastante negativas neste particular, com exceção de D. Estêvão Bettencourt (cf. pág. 215).

Os três teólogos, em suas reflexões, vêem aspectos positivos e aspectos questionáveis (estes mais no campo da pastoral) na RCC. Boff é o que mais seriamente questiona a RCC e positivamente (cf. 197s) desaconselha o reconhecimento oficial por parte da CNBB. Creio, entretanto, que apesar dos muitos motivos aduzidos por Boff, um estudo aprofundado levaria

a questionar também pressupostos das reflexões do próprio Boff.

Sob o conjunto da obra escreve com acerto "D. José Falcão, membro da CEP da CNBB: "possam estes estudos, marcados pelas posições sociais e teológicas, por vezes contrastantes, de seus autores, contri-

buir para a reflexão sobre a renovação carismática, a qual, se levanta, por um lado, interrogações pastorais, por outro, não deixa de ser sinal da presença do Espírito em sua Igreja" (pág. 7).

Pe. Claudio Luiz Bins S.J.

FRANKL, Victor E.: **La presencia ignorada de Diós**, Psicoterapia y religión, Traduzido do original alemão J.M. López de Castro. 118 pp., 12 x 19 cm, Ed. herder, Barcelona, 1977.

O professor Frankl, conhecido mundialmente como fundador de uma terceira escola vienesa de psicoterapia, chamada logoterapia, mostra-nos neste livro que o homem não é dominado somente por uma impulsividade inconsciente, como pretendia Freud, mas que existe no ser humano uma realidade que o autor denomina de "espiritualidade inconsciente".

No capítulo 1º, a fim de mostrar a essência do método da psicologia existencial, compara-a com a psicanálise clássica de Freud. Esta tem uma virtude básica que é a objetividade, mas pode incorrer por isso mesmo no defeito de "atomisar" o ser humano. A psicologia existencial tem como ponto fundamental "o sentido da responsabilidade". O homem, na condição de

ser espiritual, é responsável pela sua existência.

No capítulo 2º mostra que o ser humano se realiza não na impulsividade, mas na espiritualidade, na responsabilidade, lá onde há um eu, que decide. A existência do aspecto espiritual é muito mais importante do que a "facticidade psicológica", que engloba de preferência o aspecto do inconsciente impulsivo. Por isso deve-se trabalhar de preferência em despertar a liberdade e a responsabilidade.

A partir do modelo da consciência (capítulo 3º) e da análise dos sonhos (capítulo 4º), enriquecida com exemplos de sua prática clínica, Frankl consegue persuadir ao leitor de que existe inconsciente, no homem, uma religiosidade que implica nele o que denomina "a presença

ignorada de Deus" (capítulo 5º). Afirma Frankl: "Quando Freud diz: "A religião é a neurose obsessiva comum do gênero humano...", nós, diante dum exemplo, como o que acabamos de descrever, nos sentimos tentados virar essas palavras, e nos atrevemos a afirmar: a neurose obsessiva é a religiosidade psicoticamente enferma" (pág. 78).

No último capítulo analisa a

relação entre psicoterapia e religião.

A obra contém profundas reflexões. Merece ser lida por estudiosos de psicologia e teologia, bem como por aqueles que desejam aprofundar a compreensão do fenômeno religioso do ser humano.

I.S.

Para ser Catequista. Primeiro curso para formação de catequistas. 114 pp., 21 x 13,6 cm. Editora Vozes. Petrópolis. RJ. 1978.

O "Centro de Pastoral Catequética" da Diocese de Nova Iguaçu, RJ, apresenta neste volume um roteiro bem concreto para um curso inicial de novos catequistas. O enfoque é prático e didático. O livro divide-se em duas partes. Na primeira parte, "Esquema do Curso de formação de catequistas principiantes", apresenta-se detalhadamente o desenrolar pedagógico-didático dos seis encontros do curso, utilizando as técnicas de dinâmica de grupo. Na segunda parte, "Conteúdo do Curso", retomam-se os "temas" dos seis encontros, dando-lhes algumas pistas de aprofundamento. Esta parte mais "formativa" supõe da parte dos que dão o curso o conhecimento do livro "Encontramos

o Senhor", de autoria do mesmo centro catequético.

O "conteúdo" relativo à "Missão de Cristo" (pág. 65-67) precisa ser melhor explicitado. Não basta a breve alusão, na página 66, à dimensão DIVINA do amor e da origem de Jesus Cristo, e escrever: "sem esta dimensão, o homem novamente corre o risco de se fechar sobre si mesmo. Pertence à grandeza humana reconhecer que o homem precisa de luz que o ilumine e lhe mostre a verdadeira hierarquia dos valores, o verdadeiro sentido de toda a criação e da história humana". Isto tudo é absolutamente certo. Mas é necessário explicitar a relação entre esta dimensão divina com as libertações concretas trazidas por Cristo, com o Seu modo de

Ser e Seu modo de Agir. É necessário explicitar que o cerne, o âmago da salvação, libertação cristã, da "realização do homem", do "verdadeiro sentido de toda a criação e da história humana" e da missão de Cristo é a união de Deus Pai, por Cristo, no Espírito Santo, com cada homem e com as comunidades (É só olhar a *Evangelii Nuntiandi* p. ex.: nº 9; 26; 27; 30-37 ao falar da "libertação cristã"). Só esta perspectiva é que dá o "sentido DIVINO" a todas as libertações, salvações e serviços humanos. Além disto: Jesus Cristo não é somente ideal e exemplo de uma pessoa consciente e do modo de agir pelo serviço aos outros. A salva-

ção — libertação cristã só se realiza "em e por Cristo". Mais uma sugestão: ao ser abordado o item relativo ao "Cristo que liberta através de seu modo de ser", "sinal de uma pessoa consciente", por que não inserir uma alusão ao relacionamento consciente de Jesus Cristo com o Pai, a ORAÇÃO?

"O livro se destina a coordenadores de catequese, a catequistas experientes e a quantos se proponham a formar novos catequistas de base, ao nível de bairro, de comunidade ou de paróquia" (pág. 9).

Pe. Claudio Luiz Bins S.J.

BONAVIA RODRIGUEZ, Pablo E.: *La prassi nella teologia della liberazione. (Quaderni ASAL 30)*. 120 pp., 19 x 11 cm, Editrice Missionaria Italiana (distribuidora!), Bologna (Itália), 1977.

A presente monografia de autor uruguaio é o resultado de sua participação num seminário sobre "teologia da libertação" (TdL), dirigido pelo Pe. Maurício Flick S.J., na Pontifícia Universidade Gregoriana, e foi apresentado à Faculdade de Teologia da mesma universidade para a obtenção do grau de mestrado (= licenciatura).

O autor parte de que a principal característica da TdL é ter o seu ponto de partida na práxis e

se propõe examinar esse conceito na obra de Gutiérrez.

O primeiro capítulo examina, portanto, o contexto latino-americano, onde medra a TdL. É o contexto de uma práxis histórica concreta. Frente à descoberta da injustiça estrutural e, portanto, da dimensão política da injustiça, os cristãos se sentem chamados a intervir na transformação da sociedade, a partir do encontro com Cristo no serviço ao "outro", ao margi-

nalizado, ao pobre, reconhecendo na oração a gratuidade nesse encontro. B.R. caracteriza esse contexto como uma "nova experiência cultural e espiritual" (15).

O segundo capítulo estuda o objetivo e o método da TdL, cuja novidade provém do ponto de partida: a opção pelo pobre, o caráter prático da existência humana, a fé como práxis "para transformar a história em história da salvação" (50). Objetivo da teologia não é interpretar a vida cristã, mas colaborar com o engajamento libertador dos cristãos. O método da TdL participa do caráter fragmentário e parcial da busca humana por verdade. A Escritura, interpretada sob a mediação das ciências humanas, é o critério para julgar a práxis da comunidade. Mas o decisivo no método da TdL é seu ponto de partida na práxis como expressão da fé.

Por isso B.R. dedica o terceiro capítulo à análise do conceito de práxis em Gutiérrez, comparando-o e contrapondo-o ao conceito marxista. A experiência de fé é o horizonte de sentido em que Gutiérrez coloca a práxis. A práxis histórica é

o lugar do encontro com o Senhor. O amor que vem de Deus, se vive na práxis (não é algo paralelo). B.R. distingue com Gutiérrez três dimensões da práxis: a contemplativa ou espiritual, a transformadora e a teórica. A primeira condiciona o "porque" da transformação (por amor a Cristo no pobre) e a meta (para criar igualdade a partir do menor de todos). Igualmente a dimensão contemplativa influi na dimensão teórica, através do projeto histórico, em que alguém se engaja. "Exatamente quando a experiência de fé é vivida no interior da práxis histórica e, portanto, em íntima e recíproca relação com a atividade transformadora e a reflexão sobre esta, a práxis se converte em ponto de partida da teologia e a teologia tem incidência real sobre a práxis" (103).

B.R. conclui, evocando a atual crise da teologia e reconhecendo que partir da práxis é o único modo de superar a crise da teologia que ele caracteriza como crise de relevância.

Francisco Taborda